



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



PARECER N. 159/2022

ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N. 33/2021

PROCESSO N. 96/2021

Interessada: Comissão Permanente de Licitações.

Assunto: Aditivo n. 01 ao Contrato n. 33/2021, tendo por objeto a locação de impressoras, manutenção e prestação de serviço, com fornecimento e abastecimento dos respectivos *toneres*, para uso nesta Câmara Municipal.

1. RELATÓRIO

Vieram-me os autos para parecer sobre o Aditivo n. 01 ao Contrato n. 33/2021, que tem por objeto a locação de impressoras, manutenção e prestação de serviço, com fornecimento e abastecimento dos respectivos *toneres*.

O procedimento está instruído com pesquisa de preços (fls. 134/174), oportunidade em que foram obtidos 5 (cinco) orçamentos, os quais foram devidamente considerados no mapa comparativo de preços (fls. 184/185).

No parecer da D. Comissão Permanente de Licitações, encontram-se as justificativas para a renovação do contrato pelo prazo máximo de 2 (dois) meses, considerando, para tanto, *“que foram realizadas pesquisas de mercado (documentação anexa), onde foi constatado a necessidade de novo certame licitatório, em razão da ausência de vantajosidade na manutenção da contratação por mais 12 (doze) meses”*, bem como *“considerando o tempo necessário para a abertura de novo processo licitatório, cerca de 45 dias úteis para sua conclusão”*.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Consta, ainda, minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 33/2021 (fls. 197/197-verso), prorrogando o prazo de vigência da relação contratual por mais 2 (dois) meses, mantendo-se, no mais, o preço mensal atualmente pactuado.

É a síntese do necessário. Opino.

2. PARECER

Não vislumbro, **salvo melhor juízo**, qualquer óbice à formalização do Aditivo n. 01 ao Contrato n. 33/2022, **nos exatos limites sugeridos pela D. Comissão Permanente de Licitações.**

Primeiro porque, compulsando-se os termos do Contrato n. 33/2021, observo que a **Cláusula Sétima** do negócio jurídico (fl. 120), dispondo sobre a vigência da locação, previu expressamente a possibilidade de prorrogação, nos **limites legais**, a critério da Administração, mediante **decisão fundamentada**.

Neste pormenor, anoto que a Lei n. 8.666/1993, em seu artigo 57, inciso IV, dispõe que *“a duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.”*.

No caso, tendo a vigência do contrato se iniciado em 06 de dezembro de 2021, e não tendo havido nenhuma prorrogação até o presente momento, observo o transcurso do prazo de apenas 12 (doze) meses, de maneira que a prorrogação por mais 2 (dois) meses, consoante pretendido, atende ao referido comando legal.

Ademais, anoto que a justificativa ofertada também se apresenta consistente, mormente porque, conforme salientado pela D. Comissão Permanente de Licitações, o prazo de prorrogação se refere ao estritamente necessário para a conclusão de certame já deflagrado.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Outrossim, esclarece a D. Comissão Permanente de Licitações que o valor da locação dos equipamentos objeto do contrato deve-se manter sem o reajuste do período.

E, neste aspecto, também não vislumbro qualquer irregularidade, eis que houve concordância por parte da empresa contratada para que o aditamento seja efetivado sem qualquer reajuste, pois, cuidando-se de direito disponível da contratada, que, aliás, atende ao interesse público e princípio da economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa, nada obsta a conclusão do aditamento na forma prevista na minuta de fls. 187/187-verso.

De mais a mais, com relação à pesquisa de preço, é certo que seu resultado não indicou vantajosidade em comparação ao preço atualmente praticado, porquanto outras empresas apresentaram orçamentos com valores inferiores ao da atual contratada.

Entretanto, considerando que o aditivo será realizado pelo prazo de apenas 2 (dois) meses, tempo este estritamente necessário para a conclusão de pregão eletrônico já deflagrado, entendo ser possível relevar.

Aliás, a pesquisa de preço foi decisiva para se sugerir a prorrogação pelo prazo de 2 (dois) meses, e, ainda, pela abertura do Pregão Eletrônico n. 16/2022, cujo edital, inclusive, já foi objeto do Parecer n. 158/2022 (Processo n. 85/2022), emitido por esta Procuradoria Jurídica.

Portanto, seja porque a prorrogação do prazo contratual encontra fundamento legal (artigo 54, inciso IV, da Lei n. 8.666/1993), e, ainda, seja porque o aditamento será realizado pelo prazo (2 meses) estritamente necessário para conclusão do Pregão Eletrônico n. 16/2022, em consonância com os princípios da economicidade e eficiência, entendo inexistir, salvo melhor juízo, óbices para a prorrogação contratual por mais 2 (dois) meses, mantendo-se as demais condições contratuais.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelas razões anteriormente expostas e por tudo mais que dos autos constam, entendo inexistir, salvo melhor juízo, qualquer vício ou óbice para a formalização do Aditivo n. 01 ao Contrato n. 33/2021, na forma como sugerida pela D. Comissão Permanente de Licitações.

É o parecer.

Várzea Paulista, 1º de dezembro de 2022.

Rafael Ribeiro Silva
Procurador Jurídico